

APROVADO POR MAIORIA COM

ΔC VOTOS A FAVOR DO 8(CPS) + ΔCDU + ΔBE

VOTOS CONTRA DO

Δ ABSTENÇÕES DO PSD

ATA N.º 06/2018

O PRESIDENTE

Tatiana Cunha

Aprovado
em 3 de junho
de 2019

Tatiana Cunha

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, com início às vinte e uma horas, foi realizada na sala de sessões da Junta e Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro, a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de dezembro, com a presença dos seguintes elementos:

PS – Partido Socialista

António Miguel de Castro Fernandes
Tatiana Alexandra Lopes da Cunha
Valdemar Soares de Lima

Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva

Esperança Raquel Soares Vieira

Rui Pedro Fernandes Teixeira

Eduardo José Magalhães Cardoso

Ana Filipa Pedrosa de Almeida

Hugo José Machado de Oliveira

Coligação PSD/PP – Gaia de Novo

Joaquim Augusto Ferreira da Silva

Vítor Salomão Oliveira Martins

BE – Bloco de Esquerda

Vítor Manuel de Oliveira Barros

CDU – Coligação Democrática Unitária

Artur José Bastos Oliveira

Em representação da Junta de Freguesia

Dário Soares Freitas da Silva

Francisco Manuel Teixeira Ferraz

Abílio Fernando da Silva Ferreira

Lara Filipa Queirós Cardoso

Henrique Ribeiro Barros

Presidiu a esta Assembleia o Sr. António Miguel de Castro Fernandes, sendo secretariado pela Sr.ª Tatiana Alexandra Lopes da Cunha e pelo Sr. Valdemar Soares de Lima. -----

Sr. António Miguel de Castro Fernandes, Presidente da Mesa – Deu início à reunião e cumprimentou todos os presentes. -----

Sr. Presidente da Mesa – Procedeu à leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos, conforme constava do edital de 11 de dezembro de 2018 (**doc. 1 que se anexa apenas no original**), que eram os seguintes:

1. Período de Intervenção Aberto ao Público.
2. Período de Antes da Ordem do Dia.
3. Período da Ordem do Dia.
 - 3.1. – Apreciação e Votação da Proposta da Junta de Freguesia para contratação de empréstimo bancário, no ano de 2019.
 - 3.2. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal, para o ano financeiro de 2019, bem como da proposta de autorização para celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegações de competências necessários à execução do documento em epígrafe.
 - 3.3. – Apreciação e ratificação dos Protocolos assinados com o Município de Vila Nova de Gaia e dos Protocolos assinados com as Associações Culturais, Sociais, Recreativas e Desportivas, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 14 de dezembro de 2017.
 - 3.4. – Apreciação e Votação da Ata N.º 05/2018.
 - 3.5. – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Junta.

Sr. Presidente da Mesa – Informou que os pontos 3.2 e 3.5 iriam ser apreciados conjuntamente e procedeu à substituição apresentada à mesa:

PS – Partido Socialista – Pedido de substituição do Sr. Daniel Freitas Pereira pelo Sr. Eduardo Jorge Magalhães Cardoso (doc. 2 que se anexa apenas no original).-----

Ponto 1 – Período de Intervenção Aberto ao Público.

Sr. Presidente da Mesa – Concedeu a palavra aos cidadãos do público que, nos termos regimentais, se inscreveram e informou que o tempo de intervenção era de cinco minutos. -----

Sr. Carlos Barroso – Cumprimentou todos os presentes, disse que estava na Assembleia de Freguesia como cidadão oliveirense e não como representante do partido político. Falou sobre o incentivo à cultura e referiu o evento da Festa da Bifana. De seguida, sobre o Arco da Bruxa, disse que pela sua antiguidade e importância histórica seria, no seu entendimento, património a preservar. Referiu que, antigamente, a Capela Românica de Quebrantões tinha uma placa a assinalar e acessos de passagem pela capela e que, atualmente, com as novas estradas, já não se passava pela capela. Por último, disse que o Sr. Presidente da Junta estava no terceiro mandato e que sempre disse que tentaria cumprir o programa eleitoral, e referiu que o Arco da Bruxa continuava no Areinho e que não compreendia porque ainda não tinha sido mudado de sítio. -----

Sr. Marcelino Tavares – Cumprimentou todos os presentes e solicitou informação ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia sobre os procedimentos para obter uma minuta da ata da reunião da Assembleia de Freguesia para que pudesse comparar os documentos aprovados e as decisões/deliberações tomadas em reunião que constavam nas atas, com as notícias que circulavam nas redes sociais. -----

Sr. Tiago Oliveira – Cumprimentou todos os presentes, disse que recentemente tinha comprado casa em Oliveira do Douro, na Rua Rampa do Caminho Velho n.º 239. Referiu que, no local, tinha um problema de águas pluviais e que, apesar de várias tentativas, ainda não tinha sido resolvido. De seguida, descreveu o problema de águas, indicou como causa provável o desvio das águas há mais de quarenta anos. Explicou a solução proposta para problema e frisou que, no seu entendimento, não era a melhor solução. -----

Sr. Presidente da Mesa – Em resposta ao Sr. Marcelino Tavares, informou que as atas das reuniões de Assembleia de Freguesia estavam disponíveis no “site” da Junta de Freguesia, que os documentos que fazem parte das atas eram os documentos votados e aprovados em reunião de Assembleia de Freguesia, que não estavam disponíveis no “site” mas eram perfeitamente perceptíveis porque contavam da deliberação registada em ata. Perguntou ao Sr. Marcelino se a sua referência e dúvida era sobre algum documento em especial, ao que este respondeu que era sobre um Voto de Louvor aprovado na reunião de Assembleia de Freguesia anterior. Continuou e esclareceu que o Voto de Louvor aprovado resultou da junção dos dois documentos apresentados pelo PS e PSD, tal como tinha sido por si proposto e com a concordância de todas as forças partidárias representadas na Assembleia de Freguesia. Esclareceu, ainda, que o Voto de Louvor aprovado foi proposto por toda a Assembleia de Freguesia e não por qualquer força partidária em particular. -----

Sr. Presidente da Junta – Saudou todos os presentes na Assembleia de Freguesia, Presidente da Assembleia, Secretários, membros do Executivo, representantes eleitos e cidadãos, e prestou os esclarecimentos sobre as várias questões colocadas pelos cidadãos inscritos para intervenção. -----
Relativamente à situação exposta pelo Sr. Tiago Oliveira, disse que se ia inteirar da situação no local e que tinha sido uma rua totalmente intervencionada no mandato anterior, que as tubagens de drenagens de águas e entubamento do regato tinham sido substituídas em toda a sua extensão, bem como todo o pavimento. Pediu que fosse concedido um contacto telefónico para que a marcação da deslocação ao local fosse mais célere. Quanto à intervenção do Sr. Carlos Barroso, começou por agradecer a ironia com que este se expressou e disse que o veria sempre como membro de uma força política porque, de igual forma, também ele próprio não deixava de ser Presidente da Junta quando estava na rua ou em qualquer outro local. Esclareceu e informou que o principal símbolo arquitetónico da freguesia, representado no brasão, tinha sido salvaguardado e reabilitado, referiu-se aos Arcos do Sardão. Acrescentou que os Arcos do Sardão foram parcialmente demolidos, desprezados e abandonados pela força política representada pelo Sr. Carlos Barroso, durante anos. Quanto ao assunto da Capela Românica de Quebrantões, referiu que, quando estavam em causa terrenos privados, não era ultrapassável a questão da autorização dos proprietários, pelo que não era possível entrar ou passar num terreno privado sem a devida autorização destes. Terminou dizendo ao Sr. Carlos Barroso que ficasse tranquilo porque ainda tinham mais três anos para colocarem o Arco da Bruxa no seu sítio. -----

Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Cumprimentou e saudou todos os presentes. Referiu que estava em falta a entrega de um exemplar em papel do Regimento da Assembleia de Freguesia, a cada uma das forças políticas representadas ou a cada um dos representantes eleitos da Assembleia de Freguesia. Referiu, ainda, que o Regimento da Assembleia de Freguesia deveria estar publicado no “site” da Junta de Freguesia. De seguida, apresentou uma “Proposta de Recomendação” e procedeu à sua leitura (**doc. 3 que se anexa apenas no original**). Sobre os transportes na Freguesia, referiu que a empresa Espírito Santo retirou a carreira n.º 32, entre a Rua de Sernandes e a Rua Albino da Costa Reis, passou a fazer um novo trajeto, subindo Gervide e passando por Sernandes, tendo, por isso, ficado muita gente sem transporte. Referiu que a Sr.ª D. Ana Gonçalves entregou ao Sr. Presidente da Junta um memorando com um abaixo-assinado, no qual expressaram falta de compreensão para a retirada da camioneta. Sobre o exposto, pediu esclarecimento e indicação do motivo pelo qual a referida Senhora ainda não tinha obtido qualquer resposta por parte da Junta. Pediu, ainda, esclarecimento e indicação do motivo pelo qual ainda não tinha sido dada resposta à senhora que solicitou à Junta a colocação do espelho referido na Proposta de Recomendação. -----

Sr. Presidente da Mesa – Informou que fará o possível para que o Regimento da Assembleia de Freguesia seja facultado em suporte de papel. -----

Sr. Vítor Barros (BE) – Cumprimentou todos os presentes e apresentou um “Voto de Repúdio pelo Confinamento e Isolamento de Migrantes na Dinamarca” (**doc. 4 que se anexa apenas no original**). ----

Sr. Vítor Martins (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Cumprimentou todos os presentes e apresentou um Voto de Pesar pelo Falecimento do Monsenhor Adélio de Oliveira e Silva, que leu (**doc. 5 que se anexa apenas no original**). De seguida, apresentou e procedeu à leitura do documento “Interpelação à mesa da Assembleia de Freguesia” sobre as reuniões realizadas com as diversas instituições e coletividades da freguesia (**doc. 6 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Presidente da Mesa – Em resposta informou que ainda não tinha reunido e visitado todas as Associações e Coletividades. Referiu que, no dia 14 de novembro, tinha decorrido na freguesia o dia de Presidência Aberta, com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, acrescentou que o objetivo das reuniões e visitas a todas as Associações e Coletividades da Freguesia era fazer um levantamento e reconhecimento de todas as instituições da Freguesia para que fosse levado ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Reforçou que, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, estava sempre em representação da Assembleia de Freguesia de Oliveira do Douro. Terminou, lançando o desafio e convite a todos os líderes de todas as forças partidárias representadas na Assembleia de Freguesia, para que fossem marcadas novas reuniões, em 2019, com todas as associações, coletividades e instituições da Freguesia, para que pudessem ser visitadas novamente. -----

Sr. Hugo Oliveira (PS) – Cumprimentou todos os presentes, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Pinto Lima e procedeu à sua leitura (**doc. 7 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Joaquim Américo Cardoso Gomes da Silva (PS) – Cumprimentou todos os presentes, disse que, no passado dia 14 de novembro, se tinha realizado o Terceiro Ciclo de Presidência Aberta, subordinado ao tema Inteligência Territorial. Referiu que o fundamento desta abordagem política era que todo o executivo municipal, liderado pelo Presidente da Câmara Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, percorresse todo o território gaiense para que fossem dados a conhecer todos os projetos e intervenções da Câmara Municipal para cada Freguesia e tomassem conhecimento das reais preocupações dos munícipes e dos autarcas seus representantes. Referiu, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia salientou, na sua intervenção, os principais projetos que estavam em curso e que iriam tornar Oliveira do Douro um local apetecível para viver e para ser visitado, ao que passou a citar e enumerar: construção de um pavilhão multiusos nos Arcos do Sardão; recuperação da Estufa da Lavandeira; tendo já sido adquirido o terreno, construção do Centro Cívico de Oliveira do Douro junto à Junta de Freguesia; em conjunto com a Câmara do Porto e apenas com verbas das duas autarquias, construção da Ponte D. António Francisco dos Santos, a ligar o Areinho à Marginal do Porto e Campanhã. Acrescentou que, no que respeita a obras em curso, o Sr. Presidente da Câmara tinha salientado as seguintes: requalificação da beira rio entre a Quinta do Cubos e dos Frades; tinha sido aberto novo concurso para a requalificação entre a Quinta dos Frades e o Esteiro em Avintes;

requalificação do Largo do Areinho; e alargamento da Travessa do Areinho. Disse que, depois da conclusão das referidas obras, Oliveira do Douro se iria virar para o seu rio e usufruir de toda a sua riqueza. Continuou e referiu que durante a sessão foram assinados vários Protocolos: um protocolo no valor de 5.000 euros com a Fanfarras de Oliveira do Douro; um protocolo no valor de 6.000 euros com a Tuna Académica de Oliveira do Douro; com a coletividade de S. Tiago, um protocolo no valor de 50.000 euros; e com o Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro, um protocolo no valor de 45.000 euros. Continuou dizendo que eram grandes obras e grandes projetos, que os deixavam a todos, e principalmente aos socialistas, com enorme orgulho nas pessoas que dirigiam as autarquias, com destaque para o Sr. Presidente da Câmara e conterrâneo, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, e o Presidente da Junta Prof. Dário Silva. Salientou que a vantagem desta inovadora gestão de autarquia permitiu formular questões por parte dos presentes e receber de imediato respostas do que estava, iria e podia ser feito, definindo as prioridades e com a certeza de que não ficariam realidades esquecidas. Frisou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia marcava a diferença na sua forma de fazer política, porque era feita a pensar para as pessoas e tinha a plena consciência das dificuldades dos gaienses, mas, sobretudo, tinha Gaia e a sua gente no coração. Para terminar, referiu que, na Assembleia de Freguesia anterior, tinha pedido esclarecimentos, ao Sr. Presidente da Junta, sobre a data de realização da obra da Rua Sidónio Pais, ao que o Sr. Presidente da Junta respondeu que, depois de contactada a empresa à qual tinha sido adjudicada a empreitada, esta garantiu que a obra arrancaria até ao final do ano. Assim, finalizou, referenciando que se encontravam no final do ano, pelo que, pediu esclarecimentos e informações sobre o estado/início da referida obra. -----

Sr. Rui Teixeira (PS) – Cumprimentou todos os presentes e, sobre a intervenção do BE, disse que naturalmente e pessoalmente que se associaria à iniciativa e proposta, tal como o PS. No entanto, expressou que o PS iria votar contra, não pelo motivo de não concordar com a proposta em si, mas sim por não concordarem com a forma e local de apresentação da proposta. De seguida, apresentou um Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Monsenhor David Adélio de Oliveira e Silva, que passou a ler **(doc. 8 que se anexa apenas no original)**. -----

Sr. Presidente da Mesa – Disse que, tal como na reunião anterior, tinham sido apresentados dois votos com o mesmo assunto, ou seja, dois Votos de Pesar pelo Falecimento do Monsenhor David Adélio de Oliveira e Silva, pelo que, por esse motivo, propôs aos proponentes a junção dos dois votos de pesar, para que fosse apresentado um Voto de Pesar da Assembleia de Freguesia, um só Voto de Pesar em nome e em representação de toda a Assembleia de Freguesia ou se, em alternativa, mantinham o Voto partidário. Informou que o Sr. Representante do PSD (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) se tinha oposto à junção dos Votos de Pesar e que pretendia manter o Voto apresentado. Informou, ainda, que o Sr. Representante do PS não manifestou oposição à junção dos dois votos, pelo que votou a favor da apresentação de um Voto de Pesar pelo Falecimento do Monsenhor David Adélio de Oliveira e Silva pela Assembleia de Freguesia. Concluiu que, tal como tinha sido expresso e resultava da votação, se mantinham os dois Votos de Pesar apresentados. De seguida, apresentou e expressou os seus sentidos pêsames e em nome da Assembleia de Freguesia, ao Secretário Sr. Valdemar Lima, como filho do Sr. Manuel Pinto de Lima. Continuou e sugeriu que fosse cumprido um minuto de silêncio em memória do Sr. Manuel Pinto Lima, conforme proposto pelo Representante do PS, Sr. Hugo Oliveira, bem como em memória do Senhor Monsenhor Adélio, o que obteve a concordância de todos os Srs. Representantes, sendo que, logo de seguida foi cumprido o minuto de silêncio. -----

Sr. Presidente da Junta – Disse que pretendia deixar uma primeira nota, apresentando formalmente na Assembleia de Freguesia o seu sentido pesar pelo falecimento do Sr. Monsenhor David Adélio de Oliveira e Silva e do Sr. Manuel Pinto de Lima. Referiu que teve a oportunidade e o privilégio de privar com o Sr. Monsenhor Adélio em algumas cerimónias, nomeadamente na Fundação Padre Luís e na Confraria do Monte da Virgem, que o tinha como uma pessoa reta, justa e boa e que, pelas funções que desempenhou, tinha deixado uma marca indelével na freguesia. Deixou uma segunda nota para o Sr. Manuel Pinto Lima, endereçando sentidos pêsames ao Sr. Valdemar Lima, 2º Secretário, e a toda a família. Referiu que o Sr. Manuel Pinto Lima era uma das suas referências, que o conheceu no início da sua vida política na Assembleia de Freguesia, bem como no contexto da atividade associativa na sede dos “Novinhos de Quebrantões”. Acrescentou que o Sr. Manuel Pinto Lima o tinha marcado muito pela forma carinhosa como recebia e acolhia as pessoas e pela forma extraordinária como tratava todas as forças políticas, independentemente da cor ou orientação, que nunca tinha sido impeditivo da sua parte e que da parte dele sentia um carinho, um respeito mútuo. Acrescentou, ainda, que permanecia uma admiração por tudo o que o Sr. Manuel Pinto Lima tinha feito nas causas em que se comprometia,

nomeadamente na defesa da sua associação mas sobretudo na defesa do seu lugar, do lugar de Quebrantões e que o terá sempre na sua memória como um dos mais ilustres oliveirense que conheceu na freguesia. Para concluir o ponto prévio da intervenção, disse que sentia indignação e vergonha pelo que se tinha passado naquela reunião, referiu-se ao Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Monsenhor Adélio. Frisou que o Padre Adélio não tinha culpa da divisão e discórdia partidária, que não fazia sentido dividirem dois votos para a mesma causa e que, verdadeiramente, o que estava em causa era a memória de um homem que estava longe de tudo aquilo e da política. Voltou a sublinhar que era uma vergonha e que se sentia humilhado por esse ato, tendo acrescentado que esse ato ficaria, naturalmente, com quem o tinha feito e praticado e que só comprovava o que tinham vindo a fazer desde o início do mandato. Explicou, novamente, que o Sr. Padre Adélio e a família não tinham culpa, que era um insólito a família receber dois Votos de Pesar da mesma Assembleia de Freguesia. Terminou o assunto dizendo que era lamentável, que estava na política há muitos anos, desde 1997, mas nunca tinha sido cometida tal atrocidade na Assembleia de Freguesia e que na Assembleia Municipal também nunca se tinha misturado tal tipo de assuntos. De seguida, prestou alguns esclarecimentos sobre as várias questões colocadas. Relativamente à Proposta apresentada pelo Sr. Representante da CDU, disse que tinha de haver seriedade e cordialidade porque o assunto já tinha sido apresentado por requerimento escrito à Junta de Freguesia e que já tinha sido respondido, pelo que não havia necessidade de apresentar uma proposta sobre o mesmo assunto na Assembleia de Freguesia. Relativamente à questão da falta de resposta ao abaixo-assinado, entregue na Junta de Freguesia, sobre a alteração do percurso de uma carreira dos transportes, afirmou que era falso que a Junta de Freguesia não tenha dado resposta. Explicou que tinha recebido várias pessoas e várias vezes os signatários do abaixo-assinado, tantas vezes quantas estes pretenderam ser recebidos pelo Presidente da Junta. Frisou que o compromisso da Junta de Freguesia foi aceitar e enviar o abaixo-assinado para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, dando conta do descontentamento dos moradores. Continuou a explicar, dizendo que nem poderia ser de outra forma, uma vez que a Junta de Freguesia não tinha poder nem competências ao nível dos transportes para impedir alterações das carreiras. Referiu que não tinha sido tudo mau porque as alterações prejudicaram um conjunto de pessoas, apenas num dos percursos, entre o "Caxito" e a "zona do Alambique", mas beneficiaram outro conjunto de pessoas que, até então, não beneficiavam de transporte. Terminou, a frisar e sublinhar, novamente, que não se levantava a questão de ausência de resposta por parte da Junta de Freguesia porque o compromisso que assumiu estava cumprido. Em resposta à questão colocada pelo Sr. Representante do PS, sobre a data de realização da obra da Rua Sidónio Pais, disse que era uma obra de referência para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia, por ser uma rua que nunca foi arranjada, mas o mais importante era referir o benefício da obra para os moradores. Disse que havia um compromisso por parte da empresa, à qual tinha sido adjudicada a obra, para iniciarem os trabalhos até ao final do ano. Disse, ainda, que a empresa tinha mais três obras de vulto a decorrerem em simultâneo, motivo que a referida empresa apontou para iniciarem a obra apenas no início do próximo ano, para que a execução dos trabalhos decorresse de forma mais intensiva e expedita, interrompendo a rua pelo menor tempo possível. -----

Sr. Presidente da Mesa – Disse que ainda não tinha o poder para conduzir vontades e que tinha questionado os Srs. Proponentes dos dois Votos de Pesar com a convicção e por acreditar que elevaria a proposta, seria um voto com maior simbolismo. De seguida colocou à votação os seguintes documentos:

- Proposta de Recomendação sobre a colocação de um espelho em frente à saída das garagens do prédio sito na Rua Caetano de Melo, n.º 814, apresentado pela CDU – Coligação Democrática Unitária, a qual foi Rejeitada por Maioria com 9 (nove) Votos Contra do PS e 4 (quatro) Votos a Favor, da CDU, BE e Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Voto de Repúdio pelo Confinamento e Isolamento de Migrantes na Dinamarca, proposto pelo BE, o qual foi Rejeitado por Maioria com 9 (nove) Votos Contra do PS, 2 (dois) Votos a Favor do BE e CDU e 2 (duas) Abstenções da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Voto de Pesar pelo Falecimento do Monsenhor David Adélio de Oliveira e Silva, apresentado pela Coligação Gaia de Novo (PSD/PP), o qual foi Aprovado por Unanimidade. -----

- Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Pinto de Lima, apresentado pelo PS, o qual foi Aprovado por Unanimidade. -----

- Voto de Pesar pelo Falecimento do Monsenhor David Adélio de Oliveira e Silva, apresentado pelo PS, o qual foi Aprovado por Unanimidade. -----

Ponto 3 – Período da Ordem do Dia.

Ponto 3.1. – Apreciação e Votação da Proposta da Junta de Freguesia para contratação de empréstimo bancário, no ano de 2019. (doc. 9 que se anexa apenas no original).

Sr. Presidente da Junta – Sobre este ponto, informou que era um instrumento de gestão de tesouraria da Junta de Freguesia, ao qual tinham recorrido no ano de 2018 e que era sempre pago até ao final do ano em exercício. Referiu que, conforme constava da proposta e de acordo com a alteração legislativa, era permitido à Junta de Freguesia contrair o empréstimo até ao valor de 20% do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias), a que correspondia, no caso de Oliveira do Douro, até ao valor de 37.000,00€ (trinta e sete mil euros). Informou que podia ou não ser utilizado, mas que pretendiam que o instrumento estivesse autorizado pela Assembleia de Freguesia e disponível para o caso ser necessário ao nível de gestão de tesouraria. Frisou, novamente, que o empréstimo terá sempre que ser pago até ao final do exercício, ou seja, até 31 de dezembro de 2019. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu ao Sr. Presidente que esclarecesse e fosse preciso uma vez que este tinha referido na intervenção que o empréstimo era "até 37.000 euros" e no documento da Proposta estava escrito "(...) pelo valor de 37.000 euros (...)". -----

Sr. Vítor Martins (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Apresentou e procedeu à leitura da "Intervenção e Declaração de Voto – Ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos" (doc. 10 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Presidente da Junta – Em resposta ao pedido de esclarecimento do Sr. Representante da CDU disse que era inadmissível brincarem com as palavras, uma vez que este sabia e conhecia perfeitamente o sentido e significado das suas palavras e do texto que constava do documento apresentado, ou seja, que o valor de 37.000 euros era o valor limite para contração de empréstimo por parte da Junta de Freguesia. Em resposta à intervenção do Sr. Representante do PSD, esclareceu que estavam a submeter à Assembleia de Freguesia para autorização uma proposta para contração de um empréstimo bancário de curta duração e que só poderiam consultar as instituições bancárias para apresentação de propostas e condições financeiras depois de ser concedida a referida autorização da Assembleia de Freguesia. Acrescentou que só era possível iniciarem o processo depois de concedida a autorização da Assembleia de Freguesia, pelo que, posteriormente, iriam trazer as condições financeiras de contratação do empréstimo de curta duração, para conhecimento da Assembleia de Freguesia. Concluiu, dizendo que as questões colocadas demonstravam amadorismo e falta de preparação. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação o seguinte documento:

3.1. – Apreciação e Votação da Proposta da Junta de Freguesia para a contratação de empréstimo bancário, no ano de 2019, a qual foi Aprovada por Maioria com 11 (onze) Votos a Favor, sendo 9 (nove) Votos do PS e 2 (dois) da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

Ponto 3.2. – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal, para o ano financeiro de 2019, bem como da proposta de autorização para celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegações de competências necessários à execução do documento em epígrafe. (doc. 11 que se anexa apenas no original).

Ponto 3.5. – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta. (doc. 15 que se anexa apenas no original)

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Disse que os documentos Grandes Opções do Plano e Orçamento eram reflexo do programa que o PS se propunha a concretizar, pelo que não tinha nada a comentar ou a acrescentar. -----

Sr. Vítor Barros (BE) – Cumprimentou novamente todos os presentes, apresentou e procedeu à leitura da sua intervenção (doc. 12 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Cumprimentou todos os presentes, apresentou e procedeu à leitura da "Intervenção e Declaração de Voto – Ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos" (doc. 13 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Rui Teixeira (PS) – Cumprimentou novamente todos os presentes, disse que se associavam enquanto PS às palavras do Sr. Presidente da Junta e solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia que ficasse expressamente registado em ata que foi por este apresentada a proposta para se fundirem os dois Votos de Pesar, que o PS mostrou a sua disponibilidade e concordância, mas que outros e outras forças partidárias não o fizeram. De seguida, apresentou e procedeu à leitura da sua intervenção "Grandes Opções do Plano e Orçamento" (doc. 14 que se anexa apenas no original). -----

Sr. Presidente da Junta – Começou por dizer, para informação do público presente, que estavam a discutir um dos dois documentos mais importantes que a Assembleia de Freguesia analisava e discutia em cada ano, referia-se ao Plano e Orçamento, por serem documentos estruturantes para o próximo ano de 2019 e que depois, em abril, seria analisada e discutida a Prestação de Contas. Disse que era importante ficar esta nota prévia para que ficasse clara a contribuição de cada um e de cada força partidária, para os referidos documentos. Afirmou que todos os partidos foram convidados a dar contributos para a elaboração do documento em análise. Informou que, para o efeito, contaram com a presença da CDU, bem como do BE e foi registada a fuga e ausência da Coligação PSD/PP - Gaia de Novo, que escolheram servir-se de um subterfúgio legal para não cumprirem com o Estatuto do Direito de Oposição. De seguida, partilhou as suas interrogações, dizendo que não sabia o que tinha mudado de um dia para o outro, dado que, no ano anterior, a referida coligação tinha estado presente na mesma reunião e com o mesmo convite. Disse que, afinal, existiam vários "PSDs" em Vila Nova de Gaia, dado que, nas freguesias da Madalena e Avintes, o PSD tinha ido à reunião nas mesmas condições em que o PSD de Oliveira do Douro tinha sido convocado. Disse, ainda, que tinha feito uma pesquisa sobre o assunto, ao nível de Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, e verificou que o procedimento era o mesmo procedimento adotado pela Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, pelo que não compreendia a recusa e ausência da Coligação PSD/PP - Gaia de Novo, nem compreendia um PSD diferente dentro do mesmo concelho. -----

Relativamente ao Plano e Orçamento afirmou que era um Plano de continuidade, que já o tinha dito no ano anterior, porque era o plano sufragado nas eleições e elaborado para quatro anos. Sublinhou que o que constava no Plano era aquilo a que se tinham proposto fazer junto da população e que no final dos quatro anos, seriam avaliados pelo que conseguiram ou não fazer. Informou que o Plano continha referência a atividades que permaneciam durante todo o mandato, tal como as atividades regulares que já tinham um histórico e que tinham que continuar a constar, uma vez que a sua execução tinha continuidade. Informou, ainda, que as atividades realizadas e executadas deixavam de constar e que, como documento previsional, era um documento permanentemente aberto para que, ao longo do tempo, pudesse integrar novas atividades que possam surgir. Apontou como exemplo de atividade realizada, mas não prevista, a candidatura ao Fundo Ambiental, no âmbito da Economia Circular, no valor de 14.000 euros e sublinhou que era uma verba muito significativa para uma Junta de Freguesia. Informou que, durante o próximo ano, se aparecessem atividades similares, candidaturas ou outras situações, o orçamento estava suficientemente aberto para acolher essas possibilidades imprevisíveis. Destacou algumas atividades que considerava prioridade, tendo começado a enumerar: arranjo da Rua Sidónio Pais, que esperava que efetivamente fosse concluída no próximo ano; a requalificação do Largo do Areinho, bem como o alargamento da Travessa do Areinho; a continuidade do projeto das encostas do Douro, uma obra reivindicada há muito tempo pela Assembleia e Junta de Freguesia, no valor de aproximadamente 3 milhões e meio; o Centro Cívico, tendo referido que apesar de não envolver verba da Junta de Freguesia, a Junta teve um papel preponderante na aquisição das duas parcelas, e que seriam pagas na íntegra, pela Câmara Municipal, até ao final do ano. De seguida, destacou o projeto e programa Eco-Freguesias, porque pretendiam construir uma freguesia sustentável, cuidada e amiga do

ambiente. Explicou que a inscrição no Eco-Freguesias iniciava um ciclo de 2 anos, que significava um compromisso grande por parte da Junta, uma vez que implicava o desenvolvimento de atividades para que fosse reconhecida e merecedora de galardão no fim dos dois anos. Disse que tinham sido freguesia piloto e que, por isso, tinham responsabilidades acrescidas. Continuou e referiu que pretendiam continuar a trabalhar com as Escolas e Associações de Pais, tal como sempre tinham feito e pretendiam continuar a fazer. Referiu, ainda, as atividades com histórico na freguesia que pretendiam manter: Festa da Bifana, Teatro Almeida Garrett, Noites de Fado, Prémios Escolares, Festival de Tunas e outros. Anunciou a realização de uma nova atividade, o Festival do Riso. Afirmou a pretensão de manterem o apoio à Terceira Idade e aos grupos sociais mais desfavorecidos, em articulação com a Câmara Municipal ou por iniciativa da Junta de Freguesia. -----

Continuou e disse que pretendia deixar algumas notas e partilhar algumas preocupações sobre assuntos importantes que constavam do documento em análise, e que, pela sua relevância, deviam ser motivo de debate para enriquecimento do documento e preparação dos anos futuros. Referiu que o valor das transferências, por parte do Fundo de Financiamento das Freguesias, tinha aumentado, facto que não acontecia há muito tempo. Referiu, ainda, que esse aumento tinha resultado da negociação do PS com a colaboração de outras forças partidárias de esquerda. Indicou que, para a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, o aumento tinha sido de pouco mais de 4.000 euros. Explicou que apesar do aumento parecer muito, não era comparável ao aumento de assunção de responsabilidades inevitáveis e inerentes à atividade e funcionamento da Junta de Freguesia e que foi feito de forma consciente, pelo que era um assunto que merecia reflexão. Como exemplo do aumento de despesas inevitáveis e inerentes ao funcionamento apontou a subida do salário mínimo, a regularização dos trabalhadores precários, o descongelamento das carreiras, reposicionamento remuneratório, a subida do índice remuneratório e o conseqüente aumento das despesas sociais. Sublinhou que concordavam com as medidas e que dentro da matriz ideológica do PS eram a favor do reconhecimento do trabalho dos colaboradores, no entanto tinha que ser feita uma reflexão para ser encontrada uma solução do lado das receitas. Disse que este assunto não foi referido por nenhuma força partidária, mas que o documento em análise mostrava um aumento nas despesas com o pessoal na ordem dos 20.000 euros. Acrescentou que o documento em causa servia para análise, discussão e reflexão para serem encontradas alternativas e soluções e que fazer perguntas básicas sobre o que era esta ou aquela rubrica não enriquecia o documento nem conduzia a soluções. Destacou que a questão das despesas correntes era outro assunto que merecia reflexão, uma vez que tinha sido feito muito investimento, que estava concluído e consolidado, e que esse facto se refletia, presentemente, no aumento das despesas correntes, dado ser necessária a manutenção e conservação das infraestruturas. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Representante da Coligação PSD/PP - Gaia de Novo, sobre as transferências e sobre as questões de legalidade, disse que havia um grande histórico de relacionamento institucional entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e as Juntas de Freguesia, entre outros, destacou o período de dezasseis anos em que foi Presidente da Câmara Municipal o Sr. Dr. Luís Filipe Menezes e que este referiu e destacou, por muitas vezes, o papel importante das Juntas de Freguesia, num trabalho de parceria com a Câmara Municipal. Referiu que, durante esse período, nunca foram levantadas dúvidas nem questões de legalidade sobre as transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Partilhou a sua estranheza por serem levantadas questões de legalidade apenas neste mandato e apontou como motivo o facto de o PSD não perdoar aos gaienses a derrota do PSD, nas últimas eleições autárquicas, em todas as Juntas de Freguesia de Vila Nova de Gaia. Disse que o PSD tinha tido a oportunidade de ter apresentado propostas e soluções sobre assuntos importantes e relevantes para a Freguesia, mas que não o tinham feito. Disse, ainda, que se limitavam a apresentar propostas que implicavam despesas da Junta de Freguesia, pelo que não se compreendia levantarem questões de legalidade com as transferências que, apenas, iriam asfixiar financeiramente as Juntas. Acrescentou que era o segundo documento de Grandes Opções do Plano e Orçamento, que no ano anterior o PSD tinha dito que não pretendiam colaborar na construção do documento, com a justificação do PS ter ganho as eleições, pelo que tinham que governar, por outro lado, no presente ano, vinham fazer sindicâncias de legalidade. Disse que este comportamento e postura não era oposição e que, nas próximas eleições autárquicas, o povo iria fazer justiça. Partilhou a interrogação sobre o motivo pelo qual o voto do PSD tinha mudado de um ano para o outro, quando se tratava do mesmo assunto. Referiu que, na Proposta de Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegações de competências, no ano anterior, o PSD votou e pronunciou-se pela abstenção e no presente ano votava contra. Acrescentou que não tinha

conhecimento que alguma vez o PSD tivesse votado contra. Continuou e disse que gerir uma autarquia, uma entidade pública, era diferente de gerir uma empresa privada. Disse, ainda, que só quem não tinha essa noção é que podia colocar a hipótese de reunir quinzenalmente ou mensalmente a Assembleia de Freguesia, cumprindo todos os procedimentos de convocatórias e pagamento de senhas, para que fossem aprovados todos os protocolos e contratos a serem celebrados. Sublinhou que cumpria com o compromisso assumido anteriormente e por questões de transparência, pelo que apresentava, para conhecimento, apreciação e ratificação da Assembleia de Freguesia, os protocolos e contratos celebrados no âmbito da autorização aprovada em Assembleia de Freguesia. Quanto aos Acordos de Execução disse que estes vinham do mandato anterior, mas que tinham sido renegociados. Disse, ainda, que fez parte do grupo de trabalho que negociou os acordos de execução com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Acrescentou que, por insistência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Acordos de Execução foram submetidos a visto do Tribunal de Contas, mas que, do seu conhecimento enquanto membro do Conselho Diretivo da ANAFRE, não foi prática comum de todas as Câmaras Municipais. Frisou que o Tribunal de Contas, entidade máxima de fiscalização da contabilidade pública, deu o visto aos Acordos de Execução, sem levantar problemas de legalidade e aceitou as autorizações aprovadas por deliberação das Assembleias de Freguesia de todo o concelho. Explicou que a autorização, proposta e colocada à votação na reunião em curso, era exatamente igual às autorizações juntas em anexo no processo submetido a visto ao Tribunal de Contas e que, por este tribunal, não tinha sido levantada qualquer objeção formal ou legal, pelo que não se compreendia que os Srs. Representantes do PSD votassem contra com fundamento numa invalidade ou ilegalidade. Sobre os protocolos celebrados disse que os apresentou à Assembleia de Freguesia para conhecimento, apreciação e ratificação e, de seguida, agradeceu ao Sr. Representante do PS, Rui Teixeira, o pedido de votação individual de cada um dos protocolos. Partilhou a sua opinião, dizendo que não reconhecia o PSD nas atitudes persecutórias, de perseguição às Juntas de Freguesia, às pessoas, instaurando processos judiciais, a lançar boatos, a achincalhar e a desrespeitar as pessoas. Apontou como exemplo o que tinham acabado de constatar com a votação da proposta de união do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Padre Adélio.

Sr. Presidente da Mesa – Informou, novamente, que o Ponto 3.2 estava a ser discutido e apreciado conjuntamente com o Ponto 3.5 - **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta**. Informou, ainda, sobre o tempo disponível para intervenção das várias forças partidárias. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Sobre a Informação Escrita do Senhor Presidente da Junta, disse que parecia que a Junta de Freguesia fazia obras e investimentos grandiosos, de grande envergadura, mas que tal não era verdade porque as Juntas de Freguesias tinham poucos meios. Disse, ainda, que gostaria que as Atas das Reuniões do Executivo, tal como as Atas das reuniões da Assembleia de Freguesia, constassem do "site" da Junta de Freguesia. Sobre a situação financeira da Junta de Freguesia a 30 de novembro, disse que não se compreendia muito bem o documento, parecia que a Junta gastava mais do que o valor que recebia e pediu esclarecimento e indicação do motivo para o valor gasto ser superior ao valor cobrado, bem como explicação sobre as receitas de capital. Sobre Desporto, Cultura e Lazer, questionou qual o motivo para constar no documento da Informação Escrita do Presidente a referência a um Festival de Folclore realizado por um Rancho Folclórico no Auditório, disse que não percebia quem fazia a atividade, se era o Rancho ou se era a Junta de Freguesia. -----

Sr. Vítor Martins (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Apresentou e procedeu à leitura da sua intervenção "Informação do Presidente" (**doc. 16 que se anexa apenas no original**). -----

Sr. Presidente da Junta – Disse que não queria que ficassem dúvidas e sobre as rubricas indicadas pelo Sr. Representante do PSD para esclarecimento, informou que na rubrica de consultoria/auditoria o aumento do valor se justificava pela assunção de novas despesas para a implementação do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados), ao nível da informática e da organização dos processos. Explicou que no contexto dos jardins não tinha havido aumento do valor, mas que no ano anterior apenas estava prevista a prestação de serviços para seis meses e que, para o ano seguinte, estava prevista a prestação de serviços para todo o ano, sendo que o valor mensal da prestação de serviços de manutenção dos jardins era igual nos dois anos. Informou que estavam previstos 15.000 euros afetos ao edifício sede, porque pretendiam realizar obras de manutenção e reabilitação do edifício sede e acrescentou que iriam pedir ajuda e colaboração da Câmara Municipal para a execução das referidas obras, por se traduzirem num valor elevado. Sobre arruamentos, informou que estava prevista uma verba genérica, que iria ser distribuída conforme os melhores e mais vantajosos orçamentos que conseguissem encontrar. Sobre balneários e tanques, disse que ainda estavam a avaliar e ponderar o tipo de intervenção, estando, por isso, prevista uma verba genérica. Em resposta ao Sr. Representante

da CDU, explicou que quando a Câmara Municipal reivindicava o alargamento da linha do metro, que essa obra não ia para o orçamento da Câmara, mas que, no entanto, o papel da Câmara Municipal era extremamente importante e relevante. De seguida, fez o paralelismo do exemplo exposto para a realidade da Junta de Freguesia, ou seja, explicou que a Junta de Freguesia não custeava nem financiava determinadas obras, mas que o papel da Junta era determinante e preponderante para a sua execução, tendo indicado como exemplo o Centro Cívico e a obra de requalificação da frente rio. Relativamente à questão da informação financeira, disse que concordava com o Sr. Representante da CDU porque era difícil perceber o documento. Informou que os documentos contabilísticos eram elaborados de acordo com as regras do POCAL, pelo que, logo no início do ano, ao nível da Despesa havia um conjunto de rubricas que ficavam contabilizadas para todo o ano, ou seja, eram cabimentadas e os compromissos eram assumidos para todo o ano, tendo apontado como exemplo a prestação de serviços de consultoria contabilística da Numerperícia, a prestação de serviços de consultoria de software da Junta e outras. Informou, ainda, que o mesmo se passava com as Receitas, uma vez que era previsto um valor e podia resultar outro valor diferente. Apontou como exemplos: a receita de 14.000 euros proveniente do Fundo Ambiental, que não estava inicialmente prevista; o atraso no pagamento de receita proveniente dos Acordos de Execução com a Câmara Municipal ou a celebração de Acordos/Protocolos com a Câmara Municipal que não eram previsíveis aquando da elaboração do orçamento. Acrescentou que o Documento Informação do Presidente era um documento parcelar, do qual não era possível tirar conclusões, como a apresentada pelo Sr. Representante da CDU, de que a Junta gastava mais do que o que tinha recebido, o que não era verdade, nem correspondia à realidade. Concluiu, dizendo que só em abril com a análise do Documento Relatório e Contas, podia ser analisada a Despesa e a Receita. Relativamente à intervenção do Sr. Representante da Coligação PSD/PP – Gaia de Novo, Sr. Vítor Martins, sobre o alargamento do Largo e Travessa do Areinho, disse que não estava relacionada com a nova ponte, que era uma obra prometida há mais de vinte anos. Acrescentou que, ao contrário do que se constava, o proprietário que perdeu uma parte da propriedade em benefício do alargamento, exigiu ser indemnizado e que, só no mandato anterior, foi possível terminar todos os processos de expropriação. Referiu que um dos proprietários cedeu terreno, para a realização da obra de alargamento, em troca da construção de um novo muro. Acrescentou que, aparentemente, parecia ser uma obra simples, no entanto, era uma obra para 75.000 euros. Sobre os elevadores, disse que estavam quase prontos, mas que, com o decorrer do tempo, a empresa quase terá que pagar a obra devido aos incumprimentos, o que era consequência da exigência das regras de contratação pública. De seguida, referiu que as Juntas de Freguesia tinham que cumprir com inúmeras exigências e que não estavam preparadas, nem tinham meios para tal, apontando como exemplo a abertura do Espaço Cidadão. Explicou que o Espaço Cidadão apenas trazia vantagem para o cidadão, dado ser um serviço mais próximo, no entanto, para a Junta acarretava despesas não reembolsáveis, tendo apontado como exemplo a disponibilidade em permanência de um colaborador para o referido serviço. Acrescentou que as taxas cobradas no Espaço Cidadão eram muito reduzidas e que a fração de valor arrecadada pela Junta era irrisória, tendo exemplificado o serviço de renovação de carta de condução, com o qual a Junta arrecadava 1,29€ (um euro e vinte e nove cêntimos). De seguida, enumerou outros serviços disponibilizados no espaço Cidadão. Concluiu que, apesar de tudo, valia a pena, na medida em que facilitava a acessibilidade aos serviços na perspetiva dos cidadãos, dada a proximidade da Junta de Freguesia. Continuou e informou que os lavadouros eram limpos semanalmente. Sobre os Protocolos celebrados em 2017, com as Associações e Coletividades, estavam quase todos pagos, e que, previsivelmente, seriam pagos até ao final do ano. Informou que, na Escola Marques dos Santos, estava pendente a colocação da campainha e que aguardavam reunião com a Associação de Pais. Informou, ainda, que o assunto estaria resolvido no início do próximo ano. Para terminar, disse que não houve qualquer interesse, por parte dos Srs. Representantes, em pedir esclarecimentos ou informações sobre o projeto desenvolvido no âmbito da candidatura ao Fundo Ambiental. Frisou que, para uma Junta de Freguesia, uma candidatura no valor de 14.000 euros, para um projeto/programa, era muito dinheiro. Frisou que, pela coordenadora do projeto, Eng.ª Dina Marques, e por toda a equipa de colaboradores, foi feito um trabalho extraordinário de sensibilização e de demonstração de práticas muito importantes de preservação do meio ambiente, com os agrupamentos de escolas da Freguesia, as IPSS, algumas Associações Culturais da Freguesia, com idosos da Freguesia. Destacou que o projeto correu muito bem, que foi um sucesso e que conseguiram chegar a mais pessoas do que o previsto inicialmente. Sublinhou que o projeto foi cumprido na íntegra e que a Junta de Freguesia já tinha sido reembolsado na medida da verba que tinha adiantado. -----

Sr. Presidente da Mesa – Colocou à votação os seguintes documentos:

3.2. - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa do Pessoal, para o ano financeiro de 2019, bem como da proposta de autorização para celebração de contratos de delegação de competências, acordos de execução e protocolos de delegação de competências necessários à execução do documento em epígrafe, Aprovado por Maioria, com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 9 (nove) Votos do PS e 1 (um) Voto do BE, e 3 (três) Votos Contra da CDU e Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

Ponto 3.3. – Apreciação e ratificação dos Protocolos assinados com o Município de Vila Nova de Gaia e dos Protocolos assinados com as Associações Culturais, Sociais, Recreativas e Desportivas, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 14 de dezembro de 2017. (docs. 17 a 43 que se anexam apenas no original).

Sr. Presidente da Mesa – Informou que foi solicitado, pelo Sr. Representante do PS Rui Teixeira, a votação individual dos protocolos e confirmou a concordância de todos. -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Pediu a palavra para informar que após a votação dos documentos pretendiam apresentar uma Declaração de Voto. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu a palavra para solicitar que o contrato de financiamento celebrado com o Fundo Ambiental fosse retirado e não sujeito a votação porque não constava no ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Sr. Presidente da Junta – Pronunciou-se no sentido de ser retirado o contrato celebrado com o Fundo Ambiental. -----

Sr. Artur Oliveira (CDU) – Pediu, novamente, a palavra e, sobre o Contrato de Execução celebrado entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a Junta de Freguesia, questionou se o valor do contrato de execução era suficiente e em que medida o contrato de execução tinha sido cumprido. -----

Sr. Rui Teixeira (PS) – Pediu a palavra para destacar que o ponto em análise e votação mostrava e comprovava o papel determinante e fundamental que as Juntas de Freguesia tinham no âmbito do apoio e desenvolvimento de atividade, entre outras, culturais, recreativas e desportivas. -----

Sr. Presidente da Junta – Em resposta ao Sr. Representante da CDU, disse que seria pobre o Presidente da Junta que dissesse que o valor era suficiente. De seguida, devolveu a pergunta questionando se seria possível algum Presidente da Junta responder que era um valor suficiente. Referiu que era óbvio que qualquer Presidente da Junta queria sempre mais para a sua Freguesia e que o valor do acordo de execução era sempre pouco e que, naturalmente, o mesmo era dito pelo Presidente da Câmara e pelos Presidentes de Direção das Empresas Públicas. Referiu que era positivo terem um executivo municipal com a sensibilidade de reconhecer benefícios e aspetos positivos nas parcerias com as Juntas de Freguesia, partindo do princípio base de que o papel das Juntas de Freguesia era determinante na prestação dos serviços junto das populações. Referiu que era o princípio da subsidiariedade, entendível como fundamental e na aceção de que quem estava mais próximo das pessoas percebe e conhece melhor as necessidades, pelo que irá gerir melhor o dinheiro. Sublinhou que, apesar das dificuldades e limitações financeiras da Câmara Municipal, havia uma grande sensibilidade do Sr. Presidente da Câmara Municipal para as necessidades das Juntas de Freguesia. Terminou, referindo que estava satisfeito com o Acordo de Execução mas que pretendia mais e era sempre preciso mais porque pretendia o melhor para a Freguesia. -----

Sr. Presidente da Mesa – Informou que se ausentou da reunião a Sr.^a Esperança Vieira, Representante do PS. De seguida, colocou à votação individual os seguintes documentos:

3.3. – Apreciação e ratificação dos Protocolos assinados com o Município de Vila Nova de Gaia e dos Protocolos assinados com as Associações Culturais, Sociais, Recreativas e Desportivas, no âmbito da autorização da Assembleia de Freguesia de 14 de dezembro de 2017:

- Revisão do Contrato de Execução entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro (doc. 17 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez)

Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração “Gaia com Programa Especial de Vacinação” celebrado entre Município de Vila Nova de Gaia, Farmácia Oliveira e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro (doc. 18 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração “Gaia com Programa Especial de Vacinação” celebrado entre Município de Vila Nova de Gaia, Farmácia Matias e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro (doc. 19 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração “Gaia com Programa Especial de Vacinação” celebrado entre Município de Vila Nova de Gaia, Farmácia Alves de Oliveira e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro (doc. 20 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Contrato Interadministrativo entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Apoio na Carência Económica e Emergência Social (doc. 21 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Acordo de Colaboração entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Marchas de S. João (doc. 22 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Acordo de Colaboração entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Colónias Balneares 2018 (doc. 23 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Acordo de Parceria entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Jogos Juvenis de Gaia 2018 (doc. 24 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Acordo de Colaboração entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Apoio às Festividades de Verão e Obras de Adaptação e Reabilitação do Recinto/2018 (doc. 25 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor,

sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Acordo de Colaboração entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Apoio ao Passeio dos Idosos – Compensação Social para a universalização de Participação e Apoio à Reabilitação de Espaços e Infraestruturas de Apoio a Idosos (doc. 26 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Acordo de Colaboração entre Município de Vila Nova de Gaia e Junta de Freguesia de Oliveira do Douro – Apoio à Realização da Carta de Equipamentos e Serviços Sociais (doc. 27 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP).

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Clube de Futebol de Oliveira do Douro (doc. 28 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro (doc. 29 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Clube de Futebol de Oliveira do Douro (doc. 30 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Agrupamento de Escolas Escultor António Fernandes de Sá (doc. 31 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Atlético Clube de Oliveira do Douro (doc. 32 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Tuna Académica de Oliveira do Douro (doc. 33 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10

(dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Centro Popular de Trabalhadores do Areinho (doc. 34 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Douro (doc. 35 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Atlético Clube de Gervide (doc. 36 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Douro (doc. 37 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Douro (doc. 38 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Associação Columbófila do Distrito do Porto (doc. 39 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Avintes (doc. 40 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Rancho Folclórico do Povo de Oliveira do Douro (doc. 41 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e o Clube de Futebol de Oliveira do Douro (doc. 42 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

- Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e a Associação Cultural de Oliveira do Douro "Alto do Freixieiro" (doc. 43 que se anexa apenas no original), Aprovado por Maioria com 10 (dez) Votos a Favor, sendo 8 (oito) Votos do PS e 2 (dois) Votos da CDU e BE, e 2 (dois) Votos Contra da Coligação Gaia de Novo (PSD/PP). -----

Sr. Joaquim Augusto Ferreira da Silva (Coligação PSD/PP – Gaia de Novo) – Apresentou e procedeu à leitura da "Intervenção e Declaração de Voto – Ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos", (doc. 44 que se anexa apenas no original). -----

Ponto 3.4. – Apreciação e Votação da Ata n.º 05/2018.

Sr. Presidente da Mesa – Previamente informou que só procedia à votação quem tinha estado presente na reunião e colocou à votação o seguinte documento:

Ata n.º 05/2018 – Aprovada por Unanimidade dos presentes. -----

Sra. Tatiana Alexandra Lopes da Cunha, Secretária – Leu em voz alta a minuta da ata desta sessão ordinária (doc. 45), na presença simultânea de todos, a qual foi **Aprovada por Unanimidade** dos presentes. -----

Sr. Presidente da Mesa – Agradeceu a presença de todos, desejou um Bom Natal e Ano Novo e sendo uma hora e quinze minutos deu por encerrada esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai por ele ser assinada e por mim, que a subscrevi. -----

O Presidente,

António Nogueira de Castro Fernandes

A Assistente Técnica,

Ana Luísa Aguiar Dias Pires